

Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

DAIANY ELÍS CORRÊA

ECONOMIA INTERNACIONAL: Uma análise do Investimento
Estrangeiro Direto no Brasil no período de 2010 a 2016 e sua
contribuição para o crescimento econômico

FRANCA

2018

DAIANY ELÍS CORRÊA

**ECONOMIA INTERNACIONAL: Uma análise do Investimento
Estrangeiro Direto no Brasil no período de 2010 a 2016 e sua
contribuição para o crescimento econômico**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca,
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Carlos Bruno
Bettarello

FRANCA

2018

C841e

Corrêa, Daiany Elis

Economia internacional: uma análise do investimento estrangeiro direto no Brasil no período de 2010 a 2016 e sua contribuição para o crescimento econômico. / Daiany Elis Corrêa. – Franca: Uni-Facef, 2018.

54p.; il.

Orientador: Prof. Ms. Carlos Bruno Bettarello
Bacharelado em Administração de empresas – Uni-Facef
Trabalho de Conclusão de Curso

1.Economia. 2.Economia internacional. 3.Crescimento econômico. 4.Investimento estrangeiro direto. I.T.

CDD 337

DAIANY ELÍS CORRÊA

**ECONOMIA INTERNACIONAL: Uma análise do Investimento
Estrangeiro Direto no Brasil no período de 2010 a 2016 e sua
contribuição para o crescimento econômico**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca,
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.

Franca, 12 de novembro de 2018.

Orientador: _____

Nome: Prof. Ms. Carlos Bruno Bettarello

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Ms. Fernandina Fernandes de Lima Medeiros

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof. Ms. Thalisa Maria Jati Gilberto

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Dedico este trabalho em especial ao meu pai e minha tia que me deram todo amor do mundo, ao meu namorado, amigos, professores e familiares pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- à Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, que iluminou meu caminho durante essa caminhada;
- ao meu pai – Natal e minha tia – Luzia, que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida, quero agradecer também aos meus queridos e amados irmãos – Nathani, Luiz Guilherme e Ana Julia, pela capacidade de acreditarem em mim sempre;
- ao meu namorado Fernando, pessoa com quem amo partilhar a vida e que me apoiou e me incentivou do início ao fim;
- ao meu orientador prof. Ms. Carlos Bruno Bettarello, que acreditou no meu potencial e também pelo incentivo e paciência na orientação que tornaram possível a conclusão desta monografia;
- à professora e coordenadora do curso Ana Tereza Jacinto pelo convívio, apoio e compreensão;
- à todos meus professores responsáveis por me passar os seus conhecimentos que garantem meu aprendizado;
- aos amigos que fiz durante a faculdade (Livia, Jorge, Marina, Dayton, João Guilherme e Marcos Vinícius) e ficarão para sempre;
- à todos os funcionários da faculdade que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação.

“A persistência é o menor caminho para o êxito”.

(Charles Chaplin)

RESUMO

Este estudo aborda o investimento estrangeiro direto no Brasil com foco em sua participação no capital, que se refere ao investimento de não residentes alocados no capital de empresas residentes no Brasil ao longo do período de 2010 a 2016. A intenção é demonstrar como se dá a distribuição da participação no capital de investimento direto no país (IDP) por região investidora, bem como a distribuição de IDP por setor de atividade econômica e também a geração de empregos formais diretos no país através das empresas de IDP em todo território brasileiro. A metodologia utilizada foi descritiva e dedutiva, baseados em indicadores quantitativos. Desta forma, conclui-se que houve contribuição para o crescimento econômico no período analisado em consequência do aumento da capacidade produtiva doméstica do país, visando aumento de empresas de IDP e consequentemente a geração de novos postos de empregos formais.

Palavras-chave: Investimento Estrangeiro Direto. Capital. Brasil. Crescimento Econômico.

ABSTRACT

This study deals with foreign direct investment in Brazil with a focus on its participation in capital, which refers to the investment of non-residents allocated to the capital of companies resident in Brazil during the period from 2010 to 2016. The intention is to demonstrate how the distribution of direct investment in the country (IDP) by investor region, as well as the distribution of IDP by sector of economic activity and also the generation of direct formal jobs in the country through IDP companies throughout Brazil. The methodology used was descriptive and deductive, based on quantitative indicators. Thus, it was concluded that there was a contribution to the economic growth in the period analyzed as a consequence of the increase in the domestic productive capacity of the country, aiming to increase IDP companies and consequently the generation of new formal jobs.

Keywords: Foreign Direct Investment. Capital . Brazil. Economic Growth.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ranking das 25 maiores empresas do mundo	32
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Empregos diretos nas empresas de IDP 2016 - por região.....	47
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimento Direto no País - Posição (em US\$ bilhões)	37
Tabela 2 - Participação no capital de IDP - por setor de atividade econômica (em US\$ bilhões).....	41
Tabela 3 - Quantidade de empresas de IDP – por região investidora	43
Tabela 4 - Empregos diretos nas empresas de IDP 2016 – por estado.....	46
Tabela 5 - Número de empregados formais nas empresas de IDP com o total do país	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Posição de Investimento Direto no país.....	38
Gráfico 2 - Posição de IDP por região investidora.....	39
Gráfico 3 - Evolução da participação do IDP – por setor de atividade econômica ...	42
Gráfico 4 - Quantidade de Empresas de IDP – por região investidora.....	44
Gráfico 5 - Número de empregados formais nas empresas de IDP com o total do país	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ECONOMIA INTERNACIONAL.....	15
2.1 conceitoS E EVOLUÇÃO dA economia INTERNACIONAL.....	15
2.2 ESCOLA CLÁSSICA E TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	21
2.2.1 Adam Smith.....	22
2.2.2 David Ricardo e Stuart Mill	23
2.3 GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL	24
3 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO	27
3.1 A ORGANIZAÇÃO MULTINACIONAL E A DECISÃO DE INVESTIR NO ESTRANGEIRO	27
3.1.1 Multinacionais e transferência de tecnologia.....	33
3.2 O INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS (IDP)	34
3.3 PANORAMA GERAL DO INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS.....	36
4 ANÁLISE DO INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS NO PERÍODO DE 2010 A 2016	40
4.2 QUANTIDADE DE EMPRESAS DE IDP POR REGIÃO INVESTIDORA	43
4.3 EMPREGOS DIRETOS NAS EMPRESAS DE IDP EM 2016	45
4.4 COMPARAÇÃO DE EMPREGADOS FORMAIS NAS EMPRESAS DE IDP COM O TOTAL DE EMPREGADOS DO PAÍS.....	48
5 CONCLUSÃO	51
O investimento estrangeiro vem ganhando cada vez mais solidez e periodicidade nas relações comerciais entre os países, juntamente com o alicerçamento da globalização que é um processo essencial para o processo de desenvolvimento do comercio internacional.	51
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o investimento estrangeiro direto no Brasil com foco em sua participação no capital, que diz respeito ao investimento de não residentes alocados no capital de empresas residentes no Brasil ao longo do período de 2010 a 2016. A intenção é demonstrar como se dá a distribuição da participação no capital de investimento direto no país (IDP) por região investidora, bem como a distribuição de IDP por setor de atividade econômica, como também a geração de empregos formais diretos no país através das empresas de IDP em todo território brasileiro e de que forma o mesmo contribui para o crescimento econômico do país receptor do investimento.

Partindo do pressuposto de que a globalização busca um comércio internacional cada vez mais sólido e constante nas relações comerciais entre os países, pode-se dizer que ele visa encontrar um amplo fluxo de capitais e investimentos, com objetivo de aumentar a capacidade produtiva doméstica de um país, na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas empresas, a fim de ampliar seus lucros promovendo o crescimento econômico do país receptor do investimento.

Segundo o Manual do Declarante, elaborado pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2018), o registro de Investimento Direto no país, sobretudo no que diz respeito também ao capital estrangeiro, tem como base legal as leis nº 4.131, nº 9.069 e nº 11.371, que são regulamentadas e fiscalizadas pelo BACEN, na modalidade de regimentar o registro dos capitais estrangeiros na modalidade de investimento Direto (IED), entendido para esse fim, como participação no capital social de investidor não residente no país, bem como o capital destacado de empresa estrangeira autorizada a operar no Brasil.

Para que este estudo seja possível, são utilizados índices de Investimento Direto no País (IDP) e tal participação no capital, extraídos do Banco Central do Brasil ao lado de análises dedutivas e descritivas sobre sua evolução e distribuição no país.

O presente trabalho trata-se de um estudo bibliográfico acerca do tema, assim o primeiro capítulo foi destinado primeiramente à compreensão do

comércio internacional como um todo e seu processo de evolução ao longo dos séculos para compreender como esse comércio é praticado nos dias atuais, para tanto buscando analisar através de perspectivas teóricas dos principais economistas precursores que contribuíram para o desenvolvimento do comércio internacional.

O segundo capítulo sintetiza a percepção de investimento estrangeiro direto, tendo como sua determinante principal as firmas multinacionais, que por sua vez são de grande importância para propagação e avanço de tecnologia, bem como demonstrar em forma de um panorama geral as características do investimento direto no país em relação a sua participação no capital no total do IDP e suas principais regiões investidoras.

Por fim, o último capítulo é destinado a elaborar análises do índice de investimento estrangeiro direto no país através de tabelas e gráficos sobre sua participação no capital de IDP por setor de atividade econômica, como também a quantidade de empresas e postos de trabalhos formais diretos no país que são gerados através do investimento direto pelas principais regiões investidoras.

2 ECONOMIA INTERNACIONAL

2.1 CONCEITOS E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

Para analisar o comportamento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil, no período de 2010 a 2016, é fundamental compreender os principais conceitos de economia internacional, bem como a sua evolução ao longo dos séculos e as principais teorias desenvolvidas pelos principais economistas clássicos, para poder entender melhor o funcionamento do comércio entre as nações.

Por economia internacional, compreende-se o estudo do processo de cooperação entre os países no sistema econômico internacional, onde as relações de trocas de bens e serviços são transitados através de territórios ou fronteiras nacionais, a fim de promover um crescimento na produção mundial (MAIA, 2010).

Para Maia (2010), em seu livro de Economia Internacional e Comércio Exterior, a economia internacional abrange e engloba as questões da importação e exportação de bens e serviços, transferências de rendas, transferências unilaterais e movimento de capitais, transformando o mundo de hoje numa “Aldeia Global”.

De acordo com Silva (1991, p. 18):

Economia Internacional é o ramo da economia que estuda as transações econômicas entre as nações. Estas transações compreendem, além da importação e exportação de mercadorias, as prestações de serviços de toda espécie, os movimentos de capitais, de ouro e de moeda corrente. A expressão “entre nações” não significa que as transações sejam realizadas exclusivamente entre governos, e sim entre pessoas físicas, pessoas jurídicas ou governos pertencentes a países diversos.

Pode-se dizer que o termo Economia Internacional, é o nome dado ao estudo do comércio entre os países, que por sua vez envolvem transações comerciais em todas as espécies, variáveis e formas, ao qual essas transações não se restringem somente aos governos, mas também as pessoas físicas e jurídicas, como parte do processo de comercialização (SILVA, 1991).

Segundo a Associação Brasileira de Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior (ABRACOMEX, 2018, s/p):

O estudo da Economia Internacional envolve todos os elementos ligados a atividade econômica entre as nações do globo. Tais elementos são regras de funcionamento, trocas monetárias, aspectos legais, fluxo de troca de mercadoria e serviços e outras coisas. O comércio internacional é uma disciplina parte da teoria da economia, em conjunto ao estudo do sistema financeiro internacional.

O termo Economia Internacional está ligada a teoria da economia e tem como objetivo de estudar todos os elementos econômicos envolvidos nas relações de troca de mercadorias e serviços entre os países, cumprindo regras legais de funcionamento para realização de suas atividades.

Segundo Poyer e Roratto (2017, p. 10):

Diferentes condições de clima e de solo fazem com que a produção de um país seja diferente da de outro. [...] Esses fatores – clima, solo e subsolo determinam condições diferentes de produção. Com isso inicia-se o comércio internacional, o país que produz em maior quantidade certos produtos, poderá exportar, e o país que não tem condições de produzir, importará. Ou seja, o comércio exterior está contido no comércio internacional de um país, no contexto das transações comerciais.

Conforme abordado pelos autores, o fato dos países terem condições de produção diferentes implica na abundância ou escassez na produção de um certo tipo de produto, como por exemplo, os países que possuem terras férteis e clima favorável ao plantio, logo terão uma produção de *commodity* em abundância. No caso de escassez de terra férteis, o país então terá condições desfavoráveis para produção desse bem, o que resulta na importação deste produto.

A partir dessa explicação, ocorre então uma transação comercial entre os países relacionados, onde de um lado temos a exportação e do outro a importação, que por sua vez está contido no comércio internacional. Portanto, é importante ressaltar que ao se tratar de comércio internacional, logo é indispensável uma discussão também sobre o que é e qual a importância do comércio exterior, pois este representa as atividades de compra e venda entre países diferentes, o que significa dizer que estes estão intimamente ligados entre si.

Ainda, segundo Poyer e Roratto (2017), o comércio exterior se baseia nas teorias clássicas do comércio, que surgiram a partir da segunda metade do século XVIII, as quais procuravam estruturar a performance do comércio internacional e que conseqüentemente contribuiu para a economia moderna.

Desta forma, tendo o comércio exterior como um campo de estudo da economia internacional, é importante também ressaltar alguns conceitos para compreender melhor essa íntima relação. Para Wernek (2011, p. 22):

Comércio internacional é o conjunto das atividades de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços entre nações, isto é, em que vendedor e comprador estão em países distintos. Comércio Exterior é o conjunto das atividades de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços entre países e as demais nações.

Observa-se com certa nitidez que o comércio exterior está contido no comércio internacional de um país no contexto das transações comerciais, o que nos faz compreender que no âmbito de relações de trocas entre os países, esses dois fatores estão intimamente correlacionados, no que diz respeito para o estudo da economia internacional.

De acordo com Souza (2003, p. 37) o:

[...] comércio exterior pode ser conceituado como o intercâmbio de mercadorias e serviços entre agentes econômicos que operam sob a égide da legislação nacional. Na prática do comércio exterior, ocorre o envolvimento das transações comerciais de cunho totalmente capitalista, sem a participação direta do governo nas operações comerciais, funcionando tão somente como normatizador e controlador das operações comerciais entre as empresas de diferentes países.

Para Soares (2004, p. 13) o comércio exterior é:

[...] uma operação de compra e venda internacional como aquela em que dois ou mais agentes econômicos sediados e/ou residentes em países diferentes negociam uma mercadoria que sofrerá um transporte internacional e cujo resultado financeiro sofrerá uma operação de câmbio.

Portanto, pode-se dizer que o comércio exterior é a condição pelo qual um país se dispõe a todos os procedimentos necessários para sua realização, tais como: políticas, leis, normas e regulamentos, que visam disciplinar o conjunto de práticas nas atividades de compra (importação) ou venda (exportação) de mercadorias e prestação de serviços entre países distintos com o exterior.

Em relação a evolução do comércio internacional, sua evolução ocorre através do desenvolver das relações de trocas ao longo dos séculos, e para discutir sobre sua evolução, é importante compreender como se dá o surgimento das trocas. De acordo com Maia (2010, p. 2):

O ser humano percebeu que era difícil produzir tudo o que precisava. Por exemplo, era mais fácil fazer dez coisas iguais do que sete diferentes. Assim nasceu a divisão do trabalho: um indivíduo produzia apenas um tipo de objeto em quantidade superior a suas necessidades e trocava o excedente. A divisão do trabalho não só aumentou a produtividade como também permitiu a melhora da qualidade. Esses dois fatos proporcionaram maior oportunidade de trocas.

Conforme abordado pelo autor, as trocas surgem a partir da concepção de produção individual de bens para suprir as próprias necessidades, que mais adiante se depara com uma dificuldade de produção, levando então o indivíduo a realizar a troca do excedente de seus produtos por outros, que por sua vez são produzidos por outros indivíduos, trocas estas que são denominadas de “escambo” no seu estágio inicial de trocas.

É importante salientar que por escambo compreende-se a troca direta das mercadorias entre os indivíduos, sendo praticado na sua forma mais simples e pura, ou seja, sem a intervenção de qualquer instrumento monetário.

Tratando-se da evolução propriamente dita do comércio internacional de uma forma mais abrangente, Maia (2010, p. 2) afirma que sua evolução se dá no ultrapassar das trocas entre as fronteiras nacionais, portanto:

Em épocas pré-históricas, as trocas ocorriam entre habitantes da mesma tribo. Com a evolução do relacionamento humano, o campo de ação das trocas ampliou-se, sucessivamente, para as cidades, nações e, finalmente, para o mundo.

Pode-se dizer que a evolução do comércio internacional se dá através do avanço das trocas. Maia (2010) reconhece que as relações de trocas tem seu estágio inicial no período da antiguidade, que por sua vez foi se modificando ao longo dos tempos até que as relações de trocas passassem a ser comercializadas com o estrangeiro, passando então a não respeitar as fronteiras nacionais, formando o conjunto de atividades que constituem a Economia Internacional.

A medida em que ocorreu cada uma dessas evoluções entre os períodos, a integração dos países se tornou cada vez mais acentuada e carregando consigo operações comerciais de exportação e importação, investimentos, empréstimos, donativos e transações diversas, até que o comércio internacional estivesse presente na maioria dos países e em grande parte da história da humanidade, situação esta que vivemos hoje (MAIA, 2010).

Para melhor esclarecer a evolução do comércio internacional em seus processos históricos, Silva (1991) faz uma divisão do comércio em três tempos, sendo eles o comércio na antiguidade, o comércio a partir do século XVI e o comércio na atualidade.

[...] na Antiguidade o comércio internacional visava apenas à obtenção de alimentos, quando necessário, e de artigos de luxo para uso das classes privilegiadas. [...] Essas condições de comércio continuaram até o final da Idade Média. Embora nesta época já se houvesse desenvolvido uma classe de mercadores, muito dos quais bastante famosos, o comércio ainda era realizado tendo como base a troca de artigos de luxo, para uso de uma minoria privilegiada, e de alimentos, quando a necessidade urgia (SILVA, 1991 p. 28).

Conforme descrito pelo autor, percebe-se que neste período, as características de comércio são primitivas, uma vez que visa principalmente satisfazer a procura de artigos de luxo pelos ricos e a aquisição de alimentos caso necessário.

Sobre o comércio a partir do século XVI, de acordo com Silva (1991, p. 28-30):

Na época, a produção não agrícola era artesanal. O comércio interno era limitado a uma minoria privilegiada. [...] A partir daí houve uma revolução no comércio provocado pelo aumento populacional, pelas Cruzadas e pelas descobertas geográficas. [...] A descoberta das Américas criou novos mercados. O comerciante capitalista galpou posição de importância “tanto como investidor e empresário quanto como financiador e conselheiro de reis e príncipes. [...] O desejo de poder gerou a doutrina e a prática mercantilista. [...] O mercantilismo predominou no período que vai de 1500 a 1750. Entretanto, nesse período processava-se uma revolução cultural, religiosa, política, social e econômica que culminou com a vitória das doutrinas liberais e, conseqüentemente, com o predomínio do Liberalismo. [...] A Revolução Industrial, ocorrida a partir de fins do século XVIII, veio liberar totalmente as energias individuais e permitir que o individualismo predominasse em todos os campos da atividade humana. Desta forma, o Mercantilismo deu lugar ao Liberalismo que predominou até o início do século XX.

De acordo com a abordagem do autor, observa-se que no início do século XVI, antes mesmo de ocorrer as cruzadas e as expansões marítimas ocasionando no aumento da população, a princípio a produção era agrária e não muito diferente do período da antiguidade, o comércio interno ainda continuava a ser voltado para a classe mais rica.

Com as descobertas geográficas, a partir de 1500 houve uma expansão do comércio, onde novos produtos foram introduzidos no mercado, aumentando e conseqüentemente estimulando as trocas com o exterior, fazendo com que houvesse uma expansão significativa das atividades comerciais.

Devido a essa expansão econômica, o comércio se tornava cada vez mais lucrativo tanto no mercado externo quanto no interno, alimentando então a geração de riqueza individual, o que gerou na sociedade o desejo de poder, que logo ocasionou na doutrina e prática mercantilista (SILVA, 1991).

Todos esses acontecimentos resultaram em uma série de revoluções, que favoreceram o aumento do bem-estar, o Liberalismo então prevaleceu em todos os campos da atividades humana vindo a ocupar o lugar do Mercantilismo.

É importante acrescentar que a consolidação do Liberalismo, é alicerçado através de grandes pensadores econômicos da época, com apresentação de ideias, argumentos e teorias a seu favor.

Segundo Silva (1991, p. 31):

A Revolução Industrial, caracterizada por uma série de invenções inter-relacionadas e sua aplicação na indústria – inovações -, mudou completamente as estruturas da época. Desta revolução destacamos dois elementos muito importantes: a fábrica e a liderança industrial. A fábrica significou uma verdadeira revolução econômica, social e técnica. O trabalho artesanal, desenvolvido no lar foi substituído pelo trabalho na fábrica. [...] A liderança industrial, por sua vez, foi representada pelos empresários inovadores que, obtendo capital, empregando novas técnicas e ampliando os mercados iniciaram o sistema atual de produção.

Conforme mencionado anteriormente, a expansão do comércio internacional nos séculos XVI e XVII, contribuiu para a acumulação de capital, algo que foi importante para sustentar o progresso técnico e instalação de indústrias, que ao se consolidarem propiciou que Revolução Industrial florescesse, que trouxe junto um processo de grandes transformações econômicas e sociais, que por sua vez, levou a substituição do trabalho artesanal pelo sistema fabril, permitindo aumentar consideravelmente a produção.

Essa mudança no sistema de produção elevou as indústrias a outro patamar. Pode-se dizer que ao racionalizar o processo de produção, contribuiu-se

para que a classe dos empresários desenvolvesse, permitindo assim obter mais capital.

Silva (1991) analisa que o desenvolvimento do comércio internacional se dá juntamente com o progresso econômico mundial, tendo iniciado na idade antiga, quando o comércio era apenas realizado com a finalidade de satisfazer os desejos dos ricos e a busca de lucros pelos comerciantes e mercadores, já com o Mercantilismo temos a expansão do comércio internacional e a consolidação do Liberalismo, e por fim, no contemporaneidade com a liderança das indústrias sobre a produção.

O atual período que vivemos é marcado por diversos aspectos econômicos, tais como: a consolidação e expansão do capitalismo como sistema econômico a nível global, no desenvolvimento da indústria, no progresso tecnológico que ocorre principalmente a partir do século XX e por fim com o alicerçamento da globalização.

2.2 ESCOLA CLÁSSICA E TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Conforme visto anteriormente, a transição do Mercantilismo para o Liberalismo é caracterizada pelo viés da liberdade de comércio e o aumento dos ganhos, visto que, o livre mercado ofertava melhores condições e oportunidades para iniciativa individual.

De acordo com Silva (1991 p. 30), as ideias de Adam Smith contribuiu para consolidar a liberdade individual no campo econômico a favor da liberdade do comércio e, portanto, do Liberalismo. Smith ao formular sua filosofia econômica entende que o indivíduo é movido pela ganância (desejo de lucro), pois passa a produzir mais, o que promoveria também benefícios para a população, ou seja, ao mesmo tempo que promove a busca pelo lucro, ela também garantia bem-estar a todos.

A respeito das ideias de Smith, Coutinho (1993, p. 26) analisa que:

[...] na sociedade econômica, o homem busca o benefício privado, favorecendo a si próprio e à coletividade, como quer Smith. Ao obedecer os instintos aquisitivos, próprios de sua natureza humana, o homem promoverá o benefício social.

Essa percepção individualista, fez com que obrigatoriamente o governo reduzisse o controle sobre a atividade econômica através de pronunciamentos contra a intervenção do Estado na economia, tornando então o liberalismo a corrente de pensamento mais dominante da atividade econômica.

Desta forma, as Teorias Clássicas do Comércio Internacional surgiram a partir de debates na segunda metade do século XVIII, que procuravam estruturar o funcionamento do comércio internacional e conseqüentemente influenciando a economia moderna, pois até então, a única percepção que se tinha sobre o comércio internacional era dos pensadores da escola mercantilista, que o justificava, consistindo apenas no superávit da balança comercial através da oferta de excedentes e também pela geração de riqueza através da acumulação de ouro e prata.

O principal objetivo das Teorias Clássicas dentro do ramo da economia internacional é portanto, explicar o funcionamento do comércio entre as nações.

Sendo assim, as principais teorias da economia clássica foram primeiramente desenvolvidas por Adam Smith e mais adiante aperfeiçoadas por David Ricardo e John Stuart Mill, que muito contribuíram para a superação da simples percepção das teorias de comércio internacional sob os conceitos mercantilistas.

2.2.1 Adam Smith

A primeira explicação teórica de comércio internacional foi desenvolvida por Adam Smith (1776) em seu livro “A Riqueza das Nações”, sua teoria foi denominada de “Teoria da Vantagem Absoluta”, a qual faz a defesa do comércio internacional.

De acordo com Smith (1937) *apud* Silva (1991, p. 47):

Se um país estrangeiro pode oferecer-nos determinada mercadoria a preços menores do que o custo que teríamos ao produzi-la é melhor que a compremos dele, pagando-o com parte da produção de setores de nossa indústria, nos quais temos alguma vantagem.

Adam Smith defendia que, para que um país obtenha uma vantagem absoluta de um determinado bem era necessário se basear sobre o custo de produção, no que diz respeito a quantidade de insumos utilizados na produção desse bem, ou seja, quanto menos insumos forem utilizados na produção, menor será seu custo, logo esse país obterá uma vantagem absoluta em relação ao custo de produção em relação a outro país que apresentará um custo maior (SILVA, 1991).

Desta forma, cada país deveria se especializar na produção de bens que lhe oferecem menor custo de produção e trocar parte dessa produção por artigos que custem menos em outras nações.

Salvatore (2005, p. 19) ao analisar a Teoria da Vantagem Absoluta destaca que:

Smith começou com a simples verdade de que para que duas nações comerciassem voluntariamente uma com a outra, ambas deveriam ganhar. Se uma das nações não ganhasse nada ou perdesse, simplesmente se negaria a comerciar. [...] De acordo com Adam Smith, o comércio entre duas nações baseia-se nas vantagens absolutas. Quando uma nação é mais eficiente do que outra (ou possui uma vantagem absoluta em relação àquela) na produção de uma commodity, porém é menos eficiente do que a outra nação (ou possui uma desvantagem absoluta em relação àquela) na produção de uma segunda commodity, ambas as nações podem ganhar, cada uma delas especializando-se na produção da commodity de sua vantagem absoluta e trocando parte de sua produção com a outra nação pela commodity de sua desvantagem absoluta.

Assim, o autor reforça dentro da teoria de Vantagem Absoluta de Smith que, os países ao praticarem relações comerciais entre si, ambos serão beneficiados com os ganhos, pois com o excedente de produção exportará para outro país e com a receita obtida através dessa exportação poderá importar produtos que custem menos de outros, contribuindo então para melhoria do bem-estar das populações.

2.2.2 David Ricardo e Stuart Mill

David Ricardo, em 1817, juntamente com John Stuart Mill, apresentou a “Teoria das Vantagens Comparativas”, que pode ser considerada um aperfeiçoamento da Teoria de Comércio Internacional proposta por Adam Smith (Teoria das Vantagens Absolutas).

Para demonstrar a teoria das Vantagens Comparativas, os economistas fazem uma comparação dos custos de produção dos países, onde eles afirmam que mesmo que um país apresente uma vantagem absoluta sobre outro na produção de todas as mercadorias, o comércio seria vantajoso para eles.

De acordo com Silva (1991, p. 49):

No início do século XIX David Ricardo e Stuart Mill, em substituição à Teoria da Vantagem Absoluta, elaboraram a teoria da Vantagem Comparativa. Demonstraram, com essa teoria, que não é necessária a existência da vantagem absoluta para que a especialização e o comércio sejam vantajosos. Mesmo que um país apresente vantagem absoluta em todas as linhas de produção sobre outro, ainda será vantajoso o comércio desde que ele se especialize na produção do bem em que sua vantagem absoluta for maior. Ao mesmo tempo, o país que apresenta desvantagem absoluta pode obter o máximo concentrando os seus recursos na produção do bem em que sua desvantagem absoluta for menor.

Através da Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo e Stuart Mill, pode-se dizer que é vantajoso para um país participar do comércio internacional, mesmo quando seu custo de produção não seja o menor em relação a de outros países. Fica claro que para isso, esse país deve se especializar na produção dos produtos nos quais apresentam melhor vantagem comparativa, a qual apresenta uma variação de custo menor. Assim, eles podem elevar o bem-estar de sua população através do comércio internacional, pois dessa forma atinge níveis de consumo superiores.

É importante ressaltar que por estas e outras teorias liberalistas, Adam Smith é considerado o “pai da economia moderna”, e defensor do livre comércio entre as nações, pois suas teorias tiveram grande influência para o desenvolvimento do comércio internacional, contribuindo para moldar a economia hoje, que abrange e engloba uma pluralidade de transações diversas e de capitais, tornando o comércio internacional importante na atividade econômica mundial.

2.3 GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

O termo globalização ganha destaque no mundo contemporâneo com a consolidação e expansão do capitalismo a nível global no sistema econômico, o qual é cada vez mais importante para o crescimento da economia mundial.

Segundo Barbosa (2001), o termo globalização não tem data definida, porém no campo econômico, o autor afirma que o termo surgiu na década de 1980, nas escolas de administração dos Estados Unidos para depois literalmente ganhar o mundo, e quanto à sua formulação, está relacionada às estratégias das empresas que procuravam expandir as suas atividades, ultrapassando as fronteiras nacionais.

Devido a sua abrangência e complexidade, o conceito de globalização pode ser interpretado de diversas formas, contextos e circunstâncias, e por isso sua definição e abordagem não é única. Segundo Campos e Canavezes (2007, p. 10):

Importa realçar que a diversidade de enfoques apenas reflete o fato de estarmos perante um processo complexo e abrangente, sendo possível privilegiar várias das suas diferentes vertentes. Na verdade, o modo como se pensa e define globalização está bastante associado a princípios, valores e visões do mundo.

Ainda de acordo com Campos e Canavezes (2007), o termo globalização assume um significado multidimensional, podendo ser interpretado de diversas formas e vários sentidos. Desta forma, ao captar ou definir o significado de globalização, é importante levar em consideração as concepções, ideias, valores e visões do mundo.

Para Stiglitz (2004, p. 14), no âmbito econômico, o termo globalização é entendido como:

[...] a integração mais estreita dos países e dos povos que resultou da enorme redução dos custos, de transportes e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços e capitais.

Para o autor, a globalização dentro do ramo econômico é caracterizada pela relação de integração dos países e suas populações, que se originou através de uma grande redução dos custos, transportes e comunicação, envolvendo e consolidando o comércio entre as nações, sendo livre a circulação de mercadorias, serviços e capitais para além das fronteiras nacionais.

De acordo com Barbosa (2001, p. 13):

A globalização caracteriza-se portanto pela expansão dos fluxos de informações que atingem todos os países, afetando empresas, indivíduos e movimentos sociais, pela aceleração das transações econômicas envolvendo mercadorias, capitais e aplicações financeiras que ultrapassam

as fronteiras nacionais e pela crescente difusão de valores políticos e morais em escala universal.

Barbosa (2001) caracteriza a globalização no âmbito econômico em três fatores, pela velocidade que as transações econômicas ocorrem ultrapassando as fronteiras nacionais, pelo crescimento do fluxo de informação que atingem os países afetando tanto as empresas quanto os indivíduos, e pelo aumento da difusão dos valores morais e políticos a nível mundial.

De acordo com as abordagens dos autores em relação a globalização dentro do campo econômico, percebe-se que ela é caracterizada principalmente pela expansão do comércio internacional, sobretudo no que diz respeito as empresas que procuravam expandir suas atividades e criação de empresas multinacionais.

Diante disso, a globalização carrega consigo vários efeitos de progresso no campo da economia, especialmente com a intensificação das empresas multinacionais, pois desta forma, as empresas estabelecidas em um determinado país passarão a atuar em outras nações, permitindo então que investidores de outros países invistam no estrangeiro e vice-versa, fazendo gerar emprego e possibilidades de trocas comerciais entre as regiões.

Segundo Campos e Canavezes (2007, p. 53):

Na era da Globalização econômica, o capital e as empresas deixam frequentemente de ter rosto e de estar ancorados em determinado país. As empresas atuam no espaço mundial (em termos de produção, comercialização e mesmo de gestão e organização) e o seu patrimônio é pertencente de uma multiplicidade de acionistas com origem em diversos países. Neste sentido, como a formação do capital já não se circunscreve a fronteiras nacionais.

Os autores ainda destacam que uma das principais características da globalização econômica, é que as empresas passam a atuar na produção, comercialização e gestão em diversos países, não exercendo suas atividades apenas dentro do próprio território nacional, fazendo com que seu capital também circule em áreas internacionais, essas empresas, portanto, são denominadas de multinacionais pelo fato de atuarem em vários países.

Para Souza (2009, p. 222):

O comércio internacional tem crescido a taxas bastante elevadas nos últimos 30 anos. Isso se deve à maior abertura das economias, à desregulamentação dos mercados domésticos para transações financeiras internacionais e ao desenvolvimento da informática e das comunicações, que reduziu o custo das informações.

Vale destacar que a globalização econômica é caracterizada pelo crescimento do comércio internacional, onde as taxas tiveram um significativo aumento nos últimos 30 anos, uma vez que tivemos uma transição de empresas domésticas para mercados internacionais e também pelo avanço das comunicações, e ao desenvolvimento de informática que contribuiu para a redução dos custos das informações (SOUZA, 2009).

Analisando as abordagens dos três autores ao caracterizar a globalização no campo econômico, é notório que a globalização muito contribuiu para o desenvolvimento do comércio internacional, principalmente através da integração de grandes empresas em outros países, proporcionando um maior fluxo de transações econômicas em geral. Essas empresas, portanto, são denominadas de multinacionais, e elas também são consideradas as principais responsáveis pelo avanço e difusão da tecnologia, que têm contribuído bastante para os processos de produção, a fim de ampliar seu poder competitivo no mercado.

A expansão de empresas multinacionais pelo mundo é e continuará sendo importante para a economia global, uma vez que contribui para o avanço do comércio internacional. Sendo assim, pode-se dizer que compreender a importância e desenvolvimento da mesma é indispensável para analisar a dinâmica mundial e comportamento dos mercados.

3 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

3.1 A ORGANIZAÇÃO MULTINACIONAL E A DECISÃO DE INVESTIR NO ESTRANGEIRO

Desde o fim do século 20, o crescimento e expansão das empresas multinacionais foi um episódio marcante na história mundial, algo que muito

contribuiu e ainda contribui para o desenvolvimento do comércio, uma vez que grande parte das transações econômicas são realizadas entre suas filiais e matrizes.

Segundo Carvalho (1977), o termo organização multinacional é utilizado quando uma empresa possui sua matriz em um determinado país e opera no mercado de outros países, desta forma praticando um investimento a longo prazo, que se dá na instalação de empresas em um determinado mercado consumidor.

Para Maia (2010), as multinacionais são empresas que operam simultaneamente em vários países através de suas filiais e subsidiadas, possuem uma única sede na qual mantém todo o controle e comando. O autor também menciona que as multinacionais apresentam vantagens consideráveis, pois produzem mercadorias utilizando alta tecnologia, geram empregos e reduzem preços.

Por outro lado, Silva (1991) afirma que ainda não existe um conceito definitivo, de organização multinacional, uma vez que o estudo deste tema começou a se desenvolver recentemente, alguns autores entendem que o simples fato de uma empresa desenvolver atividades em países estrangeiros possa ser considerada multinacional, mas já para outros, apenas precisam exercer atividades de produção e de comercialização em mais de cinco países com a participação de cada um deles no capital e no processo decisório da mesma.

Desta forma, pode-se definir a organização multinacional como sendo aquela que opera em diversos países, nas quais são desenvolvidos atividades de produção e de comercialização, tanto de recursos humanos quanto de recursos financeiros originários de cada um desses países de atuação.

Em relação a decisão de investir no estrangeiro, existem vários aspectos a serem considerados. Para Silva (1991) existem três razões que ajudam a esclarecer os determinantes mais comuns para investir no estrangeiro, sendo eles: primeiramente a obtenção de lucro, em seguida a manutenção de mercados e por último os objetivos políticos.

De acordo com Silva (1991, p. 142-143):

Consideramos o lucro como determinante quando este é o objetivo da aplicação no exterior. Sabemos que a produtividade marginal do capital depende de sua relativa abundância ou escassez em relação aos demais fatores. Assim sendo, nos países desenvolvidos, onde o capital é o fator considerado relativamente abundante, a sua produtividade marginal é

menor que nos países subdesenvolvidos, onde ele é considerado relativamente escasso. Este fato leva aos capitalistas a realizarem investimentos nos países menos desenvolvidos.

Pode-se dizer que a obtenção de lucro é primeiramente a determinante mais comum para decisão de investir no estrangeiro, visto que, o objetivo principal do investidor é ampliar seu mercado e conseqüentemente seu lucro, que por sua vez é mais abundante em países desenvolvidos, já que sua produtividade marginal do capital é menor que nos países subdesenvolvidos.

Assim, os países desenvolvidos acabam obtendo maiores condições de realizar investimentos em países subdesenvolvidos, onde a produtividade marginal do capital é escasso.

A respeito da manutenção de mercados como determinante para investir no estrangeiro, Silva (1991, p. 143) entende que:

O mercado é considerado determinante do investimento estrangeiro quando uma empresa instala fábricas no exterior visando manter um determinado mercado consumidor. Neste quadro enquadram-se as empresas que, tendo dificuldades em manter suas vendas em determinados países devido a controle de comércio e de câmbio, ou, ainda, em virtude de tarifas muito elevadas, instalam filiais nesses países e continuam dominando o mercado através da produção local.

No que diz respeito a manutenção de mercado como determinante do investimento estrangeiro, o autor afirma que o fato de alguns países apresentarem dificuldades de comercialização com o exterior, como por exemplo tarifas altas e domínio de comércio de câmbio, pois muitas vezes é mais vantajoso a instalação de fábricas para produção local, uma vez que o objetivo é manter um determinado mercado consumidor.

Para Silva (1991, p. 143) o investimento estrangeiro pode ser, ainda, determinado por motivos políticos. Como a economia internacional está intimamente ligada à política internacional, esta pode determinar certos investimentos por motivos diplomáticos. Vale destacar que este aspecto está intimamente ligado à política internacional, que por sua vez acaba por estabelecer propícios investimentos por causas políticas, ou seja, mediante estados ou governos estrangeiros.

Em relação aos fatores que determinam a decisão de investir no estrangeiro, Andreff (2000, p. 50-51) analisa que:

Diferentes métodos são utilizados pelas firmas para decidir investir no estrangeiro. [...] Nas grandes firmas, os métodos são mais elaborados: avaliação de um incentivo de risco, próprio de cada país hospedeiro potencial, vindo majorar a rentabilidade esperada do IED; escolha de uma localização minimizando os custos; análise do clima de investimento visando o estabelecimento de um modelo de simulação macroeconômica e política do país hospedeiro.

É possível observar que muitos fatores precisam ser observados para que se decidir investir no estrangeiro, principalmente as grandes empresas, devem assim analisar esses fatores mais detalhadamente.

O investimento de risco representa para a empresa algo de grande e importância, pois ao investir no estrangeiro é preciso analisar os potenciais riscos que o país apresenta frente ao investimento pretendido, uma vez que ele pode impactar na rentabilidade tanto positivamente quanto negativamente.

Outro fator importante para a tomada de decisão de investir no estrangeiro diz respeito a escolha de sua localização, uma vez que deve-se levar em consideração o melhor custo de produção, ou seja, o local ideal para se investir é aquele país que obtém recursos favoráveis em seu processo de produção.

E por último e não menos importante, temos a análise do clima de investimento. Para Andreff (2000), as condições ofertadas pelos países em termos de critérios macroeconômicos são importantes, como por exemplo, crescimento do PIB, taxa de inflação, taxa de desemprego, taxa de investimento, nível de vida e de industrialização. Essas variáveis, portanto indicam ao investidor a situação em que o país se encontra economicamente, contribuindo assim para a tomada de decisão de investir no pretendido local.

Ainda de acordo com Andreff (2000), as multinacionais ao tomarem a decisão de investir no estrangeiro, devem apoiar-se também na análise das vantagens comparativas em relação a demanda de mercado interno, sobretudo no volume e crescimento, uma vez que reflete as disparidades internacionais nas preferências dos consumidores.

Pode-se dizer que o investimento estrangeiro direto (IED) é também considerado como um meio de economizar os custos de transportes ligados à exportação. [...] O IED que entra neste último substitui a importação” (ANDREFF, 2000 p. 155).

É importante ressaltar que a demanda interna do país receptor de investimentos, é também muito importante, pois os custos de exportação e também aos custos relacionados aos transportes pode muitas vezes apresentar desvantagens, sendo mais vantajoso então a instalação de uma empresa para produzir diretamente no local, uma vez que seu mercado interno corresponde com as perspectivas do investidor.

A decisão de investir no estrangeiro é o resultado de um julgamento ou análise do que ocorre através de avaliações sobre o mercado interno, bem como a posição que o país pretendido se encontra economicamente favorável e também pela disposição do mesmo diante dos fatores de produção, uma vez que busca-se um custo de produção atrativo.

Segundo Campos e Canavezes (2007), atualmente as empresas multinacionais estão presentes na maioria dos países, atuando em quase todos os setores da atividade econômica, sendo elas na extração de matérias-primas, indústrias de transformação, financeiras, na produção agrícola e prestação de serviços.

Segundo as estimativas da Revista Fortune (2018), as 500 maiores empresas do mundo geraram 30 trilhões de dólares em receitas e 1,9 trilhões de dólares em lucros em 2017. Juntas, essas empresas empregam 67,7 milhões de pessoas em todo o mundo e são representadas por 23 países.

Ainda de acordo com a Revista Fortune, pode-se observar no quadro 1 o Ranking das 25 maiores empresas em faturamento no mundo durante o ano de 2017.

Quadro 1 - Ranking das 25 maiores empresas do mundo

Ranking	Empresa	País sede	Faturamento (em milhões de dólares)
1	Walmart.....	EUA	500.343
2	State Grid.....	China	348.903
3	Sinopec Group.....	China	326.953
4	China National Petroleum.....	China	326.008
5	Royal Dutch Shell.....	Países Baixos	311.870
6	Toyota Motor.....	Japão	265.172
7	Volkswagen.....	Alemanha	260.028
8	BP.....	Reino Unido	244.582
9	Exxon Mobil.....	EUA	244.363
10	Berkshire Hathaway.....	EUA	242.137
11	Apple.....	EUA	229.234
12	Samsung Electronics.....	Coreia do Sul	211.940
13	McKesson.....	EUA	208.357
14	Glencore.....	Suíça	205.476
15	United Health Group.....	EUA	201.159
16	Daimler.....	Alemanha	185.235
17	CVS Health.....	EUA	184.765
18	Amazon.com.....	EUA	177.866
19	EXOR Group.....	Países Baixos	161.677
20	AT&T	EUA	160.546
21	General Motors.....	EUA	157.311
22	Ford Motor.....	EUA	156.776
23	China Construction Engineering...	China	156.071
24	Hon Hai Precision Industry.....	Taiwan	154.699
25	Amerisource Bergen.....	EUA	153.144

Fonte: FORTUNE, 2018.

De acordo com a classificação das maiores empresas em termos de faturamento conforme apresentadas no quadro 1 é interessante notar que entre as 25 maiores empresas, em grande maioria são primeiramente empresas americanas e em seguida as chinesas.

Segundo Silva (1991) as empresas multinacionais mantêm um sistema de inovação internacional diferente, destaca ainda que elas possuem a vantagem de poder criar e comercializar novos produtos em grande escala através de suas filiais.

Pode-se dizer que as multinacionais contribuem então para a internacionalização dos processos de inovação em tecnologia, uma vez que elas carregam consigo alta capacidade em aplicação tecnológica o que implica no desenvolvimento de novos processos de produção, envolvendo o emprego da tecnologia cada vez mais avançada.

3.1.1 Multinacionais e transferência de tecnologia

As multinacionais são uma das principais responsáveis pelo avanço e difusão de tecnologia, que por sua vez têm muito contribuído para os processos de produção das grandes empresas, a fim de ampliar seus lucros e aumentar seu poder competitivo no mercado.

O uso da tecnologia depende de um grande aporte de capital em pesquisas, sendo assim, é importante destacar que os países subdesenvolvidos não têm condições de desenvolver sua própria tecnologia e para suprir suas necessidades eles importam tecnologia dos países industrializados, que a produzem e a aperfeiçoam mediante o emprego de elevadas somas de recursos. De acordo com Silva (1991, p. 159):

Como as invenções são cumulativas, isto é, uma serve de base para obter outra, o desenvolvimento tecnológico torna-se cada vez mais acelerado, uma vez que os empresários inovadores as empregam industrial e comercialmente visando eliminar concorrente e aumentar seus lucros.

É notório que a evolução da tecnologia é constante e desenvolvida principalmente em países que investem em pesquisa e desenvolvimento, o que acaba requerendo um alto custo, que por sua vez são aplicados por países desenvolvidos, sobretudo de empresários inovadores, visando reduzir seus custos e conseqüentemente no aumento de seus lucros.

Para Silva (1991, p. 159):

Atualmente o desenvolvimento econômico é meta comum a todas as nações. As nações subdesenvolvidas desejam desenvolver-se e as industrializadas procura desenvolver-se mais ainda. Como todos sabem que a tecnologia é uma das bases indispensáveis para se atingir a referida meta, todos procuram, de alguma forma, conseguir e desenvolver tal fator.

O desenvolvimento tecnológico é considerado um das peças principais para alcançar o desenvolvimento econômico, que por sua vez é almejado por todos os países, tanto os subdesenvolvidos que são desprovidos de tecnologia, quanto os desenvolvidos, que procuram cada vez mais desenvolver sua tecnologia.

Silva (1991) deixa claro que e os países subdesenvolvidos não dispõem de recursos necessários para desenvolver um programa de pesquisas suficiente para acelerar o seu desenvolvimento, o que faz com que eles importem tecnologia de países estrangeiros caso queiram se desenvolver.

Por outro lado, geralmente estes países desprovidos de tecnologia recebem investimentos estrangeiros que trazem consigo a sua própria inovação tecnológica e isso é fortemente caracterizado pelo estabelecimento de grandes empresas estrangeiras em países subdesenvolvidos, contribuindo então para o ingresso de tecnologia visando o crescimento e desenvolvimento econômico nessas localidades.

3.2 O INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS (IDP)

Como abordado no primeiro capítulo, sabe-se que a Economia Internacional hoje abrange todos os tipos de transações econômicas sendo elas, importação e exportação de bens e serviços, transferências de rendas, transferências unilaterais e movimento de capitais.

Para melhor compreender o funcionamento do Investimento Direto no País (IDP), é necessário fazer algumas considerações. Para Silva (1991), o movimento de capitais corresponde as transferências financeiras de um país para o outro, que podem ocorrer em forma de investimento e de empréstimo, bem como as transferências de equipamentos e mercadorias destinados a investimentos ou adquiridos com base em financiamentos externos.

Portanto, os investimentos estrangeiros são classificados de duas formas, sendo eles Investimento Direto e Indireto. De acordo com Silva (1991, p. 142):

As aplicações de capital no exterior, na aquisição de títulos – ações, obrigações etc. – e propriedades são denominadas investimentos estrangeiros. Estes investimentos são classificados em diretos e indiretos. Diretos são aqueles que dão ao investidor o controle da empresa onde eles

são aplicados. [...] Indiretos são aqueles em que o investidor estrangeiro não consegue o controle da empresa onde faz sua aplicação.

Sendo assim, pode-se dizer que os investimentos estrangeiros indiretos se referem a uma aplicação de capital com a finalidade de obter lucros futuros onde não há o controle do investidor estrangeiro sobre a empresa, onde é feita sua aplicação.

O investimento estrangeiro direto refere-se ao investimento duradouro de capitais realizado por uma empresa num país estrangeiro, em relação às empresas que desejam se internacionalizar e se instalar em outros países, ou seja, para ser considerado um investimento estrangeiro direto, o investimento deve conceder à matriz o controle sobre a sua filial.

Maia (2010) caracteriza o IDP como sendo o movimento de capitais estrangeiros a longo prazo, que se dá através da instalação de uma multinacional de forma definitiva no país, por exemplo, as que criaram sólidas raízes no país estrangeiro.

Para Caves, Frankel e Jones (2001), os investimentos diretos são uma forma singular de fluxo internacional de capital, por afetarem tanto o estoque nacional de fatores produtivos como as condições competitivas da nação nos mercados em que atua, portanto decorre de duas características:

Os investimentos diretos correspondem a movimentos de capitais, mas o fornecedor do empréstimo fornece recursos e, ao mesmo tempo, assume o controle do projeto. A maioria dos investimentos diretos passa por empresas multinacionais.

A multinacional, presumivelmente, faz investimentos no exterior para aumentar seus lucros. Ela estabelece a unidade de produção no exterior para suprir seus clientes estrangeiros com bens produzidos domesticamente (CAVES, FRANKEL E JONES, 2001, p. 159).

De acordo com os autores, o investimento estrangeiro direto é designado como uma aplicação de capital, sob a forma de uma empresa subsidiária instalada no estrangeiro fornecendo seus recursos.

Os investimentos geralmente são realizados pelas corporações multinacionais que visam estabelecer relações econômicas duráveis a fim de ampliar seus clientes no exterior e assim maximizar seus lucros.

Krugman e Obstfeld (2005, p. 126), caracterizam o Investimento Estrangeiro Direto da seguinte forma:

Por investimento direto entendemos os fluxos internacionais de capitais pelos quais uma firma de determinado país cria ou expande uma filial sua em outro. A característica que diferencia esse tipo de investimento é que ele não envolve somente uma transferência de recursos, mas também a aquisição do controle. Isto é, a filial não tem simplesmente uma obrigação financeira com a matriz; ela é parte da mesma estrutura organizacional.

É possível então dizer que o IDP é aquele em que o dono do dinheiro faz uma aplicação duradoura em outra economia para ampliar a capacidade de produção do país, seja na criação ou ampliação de uma empresa. A transferência de recursos de uma empresa multinacional para uma filial é considerada um investimento estrangeiro direto, o que significa ser diferente de um investidor que faz operações com ações ou moeda a curto prazo, buscando ganhos rápidos.

3.3 PANORAMA GERAL DO INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS

De acordo com o Relatório de Investimento Direto no País publicado pelo Banco Central do Brasil, o investimento direto é a categoria de investimento de não residentes mais importante para o setor externo da economia brasileira. Assim temos:

Conforme o padrão metodológico internacional, configura-se relação de investimento direto quando um investidor de uma economia detém poder de voto igual ou superior a 10% em empresa de outra economia. Nessas condições, o investidor direto participa de forma efetiva das decisões e dos rumos de negócio da empresa, mantendo interesse estável e de longo prazo na empresa investida (BRASIL, 2018, p. 4).

Em conformidade com o relatório de IDP, o investimento direto se dá quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito a voto em uma empresa, sendo que porcentagens inferiores a 10% são consideradas como investimento indireto.

Portanto o investimento direto é um capital investido na propriedade de ativos reais no estrangeiro, ou para assumir o controle de uma empresa estrangeira existente, visando estabelecer relações econômicas duráveis com uma unidade estabelecida no estrangeiro, portanto, dentro dessas circunstâncias o investidor tem participação de forma legítima dos processos de negócios da empresa. Sendo assim:

O IDP possui dois componentes: Participação no Capital e Operações Intercompanhia. O componente Participação no Capital refere-se ao investimento de não residentes, alocados no capital de empresas residentes no Brasil; as Operações Intercompanhia tratam de créditos concedidos a empresas residentes no Brasil por empresas não residentes pertencentes ao mesmo grupo econômico (BRASIL, 2018, p. 4).

O Investimento Direto do País é composto pelos componentes Participação no Capital e Operações Intercompanhia, sendo que o primeiro caracteriza ao investimento de não residentes alocados no capital de empresas residentes no Brasil.

Em outras palavras pode-se dizer também que o componente Participação no Capital se refere ao ingresso de recursos relacionados com aquisição, subscrição ou aumento do capital social de empresas residentes no Brasil, por agentes estrangeiros. Já o componente Operações Intercompanhia se refere aos créditos concedidos pelas matrizes sediadas no exterior, às suas subsidiárias ou filiais estabelecidas no país.

A tabela 1 a seguir, apresenta o panorama geral do investimento direto no país, sendo seu valor total dado através do somatório da participação no capital com as Operações Intercompanhia, destacando-se a decomposição das variações das posições de Investimento Direto no Brasil no período de 2010 a 2016.

Tabela 1 - Investimento Direto no País - Posição (em US\$ bilhões)

Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Investimento direto no País (IDP)	682 346	695 505	731 175	724 781	725 872	568 226	703 328
Participação no capital	587 209	589 592	603 470	550 635	518 116	362 516	480 984
Operações Intercompanhia	95 137	105 913	127 705	174 146	207 756	205 711	222 344
Estoque IDP - Participação no capital/PIB	25,2%	25,3%	26,2%	25,0%	24,9%	23,6%	25,0%

Fonte: BACEN, 2018.

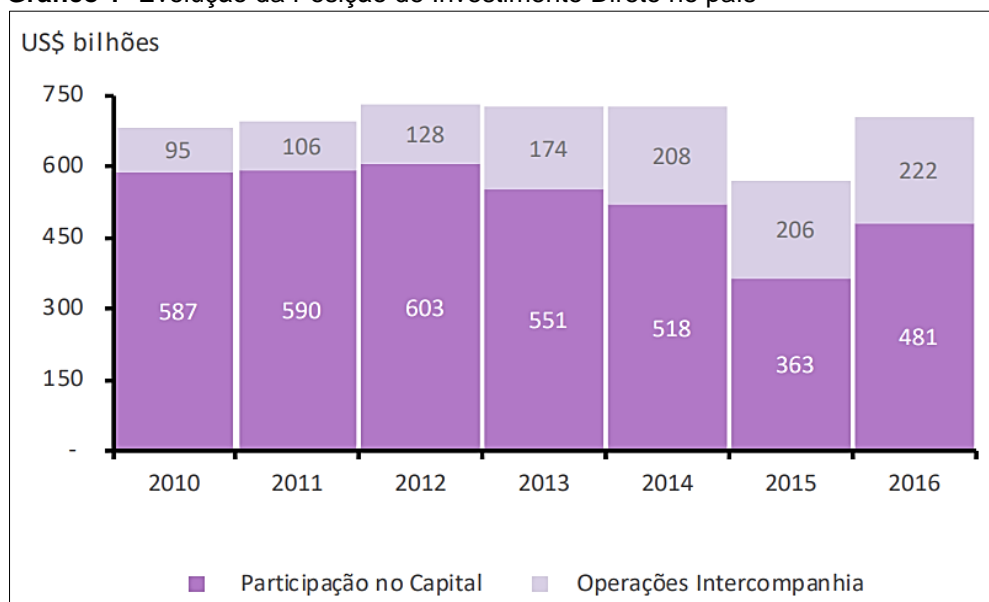
Ao analisar os dados estatísticos relacionados às posições de investimento direto no Brasil de 2010 a 2016, observa-se que ao final de 2016 o investimento direto do país atingiu US\$ 703.328 bilhões, representando uma

participação de 25% no capital do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro, o que mostra ser o quarto maior valor de investimento direto em relação aos outros anos.

Considerando-se as posições anuais no período demonstrado, verifica-se que o valor máximo ocorreu no ano de 2012, atingindo US\$ 731.175 bilhões, representado uma participação de 26,2% no capital do PIB e o menor valor ocorre em 2015 com US\$ 568,226 bilhões com uma participação de 23,6% do PIB.

Para melhor ilustrar a evolução da posição do IDP por componente, o gráfico1 mostra a Participação no Capital e Operações Intercompanhia no referido período.

Gráfico 1- Evolução da Posição de Investimento Direto no país



Fonte: BRASIL, 2018, p. 6.

Ao observar o gráfico 1, nota-se que no período em análise, o componente Operações Intercompanhia apontou um crescimento constante, sofrendo apenas uma pequena retração de 2014 para 2015 (US\$ 208 – US\$ 206). Esse crescimento, portanto passa de US\$ 95 bilhões em 2010, para US\$ 222 em 2016, o que significa dizer que houve um aumento significativo no período de seis anos.

Em relação a Participação no Capital, observa-se que houve uma leve tendência de elevação até o ano de 2012, e após esse ano há uma redução nos três próximos anos e uma recuperação em 2016.

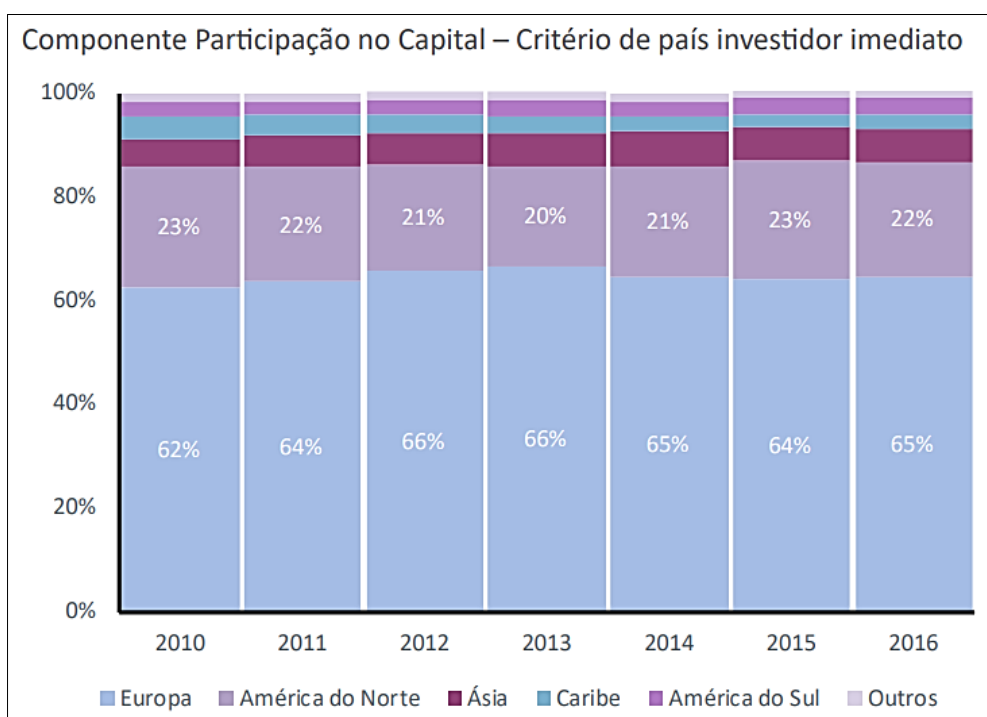
É importante salientar que essa perda da Participação no Capital que se inicia no ano de 2013 esteja associado a recessão econômica no Brasil que se agrava principalmente no ano de 2015.

Apesar de constar claramente na tabela 1 e posteriormente no gráfico 1, é de extrema importância reafirmar que a proporção do componente Participação no Capital compõe uma fração bem maior em relação ao componente Operações Intercompanhia, contribuindo assim consideravelmente para o estoque de IDP, que por sua vez representa uma expressiva parcela do PIB, equivalendo no referido período em média 25% do seu total.

3.4 PRINCIPAIS REGIÕES INVESTIDORAS DE IDP NO BRASIL

Ainda de acordo com os dados do componente Participação no Capital demonstrado na tabela 1, o gráfico 2 a seguir apresenta as principais regiões investidoras de IDP no Brasil, sendo eles: Europa, América do Norte, Ásia, Caribe, América do Sul e outros países no período de 2010 a 2016.

Gráfico 2 - Posição de IDP por região investidora



Fonte: BRASIL, 2018, p. 9.

É possível observar no gráfico 2, que ao longo do período há uma estabilidade na distribuição das origens do IDP em todas as regiões. Nota-se que a Europa é a principal região investidora, com cerca de dois terços da posição do investimento direto no país, na sequência por América do Norte representando em média 21% da posição do IDP. Em relação as regiões Ásia, Caribe, América do Sul e outros regiões, estas portanto apresenta uma participação que varia entre 6% e 1% entre as regiões, ocorrendo na Ásia uma elevação no período, nivelado pela redução do Caribe.

É importante evidenciar que o cenário descrito no gráfico acima, deixa claro que o Brasil é considerado um país subdesenvolvido e é em grande parte receptor de investimentos estrangeiros de países desenvolvidos, o que corrobora com as ideias de Silva (1991), uma vez que o autor afirma que os países desenvolvidos apresenta abundância de capital, pelo qual aplica seus investimentos em economias subdesenvolvidas onde o capital é escasso.

Portanto, pode-se concluir que o componente Participação no Capital, sendo representado pelo investimento de não residentes alocados no capital de empresas alocados no Brasil e também pelo conjunto de multinacionais, apresenta ser de maior importância no balanço de pagamentos devido seu alto valor agregado no estoque do IDP.

4 ANÁLISE DO INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS NO PERÍODO DE 2010 A 2016

Neste capítulo primeiramente será realizada uma análise sobre como é distribuído a participação no capital de IDP por setor de atividade econômica no período de 2010 a 2016. Para tanto, será considerado o componente Participação no Capital, que se refere ao investimento de não residentes, alocados no capital de empresas residente no Brasil, conforme demonstrado na tabela 2 a seguir.

Em seguida será analisada a quantidade de empresas de IDP no Brasil por região investidora no ano de 2010 e 2016, bem como a quantidade de postos de trabalhos gerados por essas empresas, onde a análise foi centrada no número de

empregados por unidade da federação do país no ano de 2016 e por último, será feita uma comparação de como se dá a distribuição de empregados por empresas de IDP com as demais empresas em relação ao total de empresas em todo o país.

4.1 PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE IDP POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

A tabela 2 descreve a participação no capital de investimento direto no país, onde sua distribuição é dada por setor de atividade econômica da empresa residente no Brasil.

Tabela 2 - Participação no capital de IDP - por setor de atividade econômica (em US\$ bilhões)

Discriminação	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	587 209	100%	589 592	100%	603 470	100%	550 635	100%	518 116	100%	362 516	100%	480 984	100%
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	92 371	16%	85 775	15%	70 677	12%	68 327	12%	63 025	12%	34 929	10%	37 907	8%
Indústria	227 857	39%	228 882	39%	250 119	41%	228 449	41%	204 138	39%	135 152	37%	179 753	37%
Serviços	266 981	45%	274 935	47%	282 674	47%	253 860	46%	250 953	48%	192 435	53%	263 324	55%
Demais	-	0%	-	0%	-	0%	0	0%	0	0%	14	0%	57	0%

Fonte: BACEN, 2018.

Analisando inicialmente os setores da atividade econômica, nota-se que o setor de serviços apresentou maior participação no capital de IDP em relação aos demais, que por sua vez expressa um valor superior na sua participação, apresentando uma porcentagem média de quase 50% do total IDP em todos os anos. Observa-se também que a participação do setor de serviços em relação ao total de IDP se dá em valor maior no ano de 2012 com US\$ 282 674 bilhões e um valor menor no ano de 2015 com US\$ 192 435 bilhões.

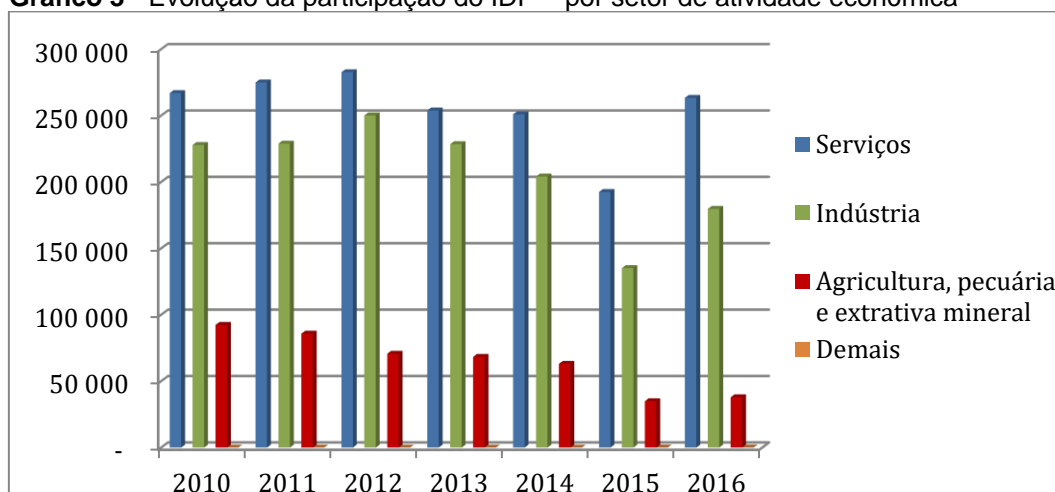
Os dados da tabela 2, revelam também que o setor da indústria ocupa a segunda colocação na participação no capital de IDP, apresentando em média, ao

longo do período uma participação próxima de 40% em relação ao total do investimento direto no país. Assim como o setor de serviços, a maior participação do setor da indústria é também no ano de 2012 com US\$ 250 119 bilhões tendo sua menor participação em 2015 com US\$ 135 152 bilhões.

E por último o setor da agricultura, expressando um valor inferior em relação aos outros setores na participação do capital em todo o período analisado, dispondo de uma participação média de 12% do total do IDP, onde ao contrário dos outros setores sua maior participação se dá no ano de 2010 com US\$ 92 371 bilhões e menor participação também em 2015 com US\$ 34 929 bilhões.

Portanto, ao analisar a participação no capital do IDP nos três setores da atividade econômica do país, observa-se também que ao longo do período analisado, ocorre várias oscilações em relação à sua participação em cada setor, bem como melhor demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução da participação do IDP – por setor de atividade econômica



Fonte: BACEN, 2018.

Em relação a evolução da participação do IDP nos setores de atividade econômica, nota-se que o setor de serviços e o setor da indústria apontou um crescimento contínuo nos anos de 2011 e 2012, e posteriormente sofreu uma redução na participação no capital do IDP a partir de 2013, onde em ambos os setores a maior perda de participação se agrava no ano de 2015, caracterizando no setor de serviços uma baixa de US\$ 90 239 bilhões e no setor da indústria uma baixa de US\$ 114 967 bilhões de 2012 para 2015.

Por outro lado, o setor da agricultura apresenta uma retração contínua no ano de 2010 até 2015, onde também em relação aos outros setores a maior perda de participação se agrava no ano de 2015, caracterizando uma baixa de US\$ 57 442 bilhões de 2010 para 2015.

Também foi possível observar que houve uma recuperação na participação de IDP no ano de 2016 em todos os setores de atividade econômica, onde a recuperação foi maior primeiramente no setor de serviços seguido do setor da indústria e por último o setor da agricultura com uma recuperação baixa em relação aos outros setores.

Portanto, analisando a evolução dos três setores da atividade econômica, observa-se que o setor da indústria e o setor de serviços são os setores que apresentaram maior estabilidade em termos de perda na participação no capital do IDP, ao contrário do setor da agropecuária, que por sua vez manifesta maiores perdas e de formas mais acentuadas ao longo do período.

4.2 QUANTIDADE DE EMPRESAS DE IDP POR REGIÃO INVESTIDORA

Conforme analisado anteriormente, as principais regiões investidoras de IDP no Brasil são em maior parte da Europa, em seguida da América do Norte, Ásia, Caribe e América do Sul, portanto, a tabela 3 corrobora para análise da quantidade de empresas de investimento direto no país no ano de 2010 e 2016, que por sua vez são originadas proporcionalmente dessas regiões.

Tabela 3 - Quantidade de empresas de IDP – por região investidora

Discriminação	2010	2016
Total	14 419	17 706
Europa	7 240	9 381
América do Norte	4 712	5 487
América do Sul	1 456	1 345
Ásia	785	1 194
Caribe	48	26
Outros	178	273

Fonte: BACEN, 2018.

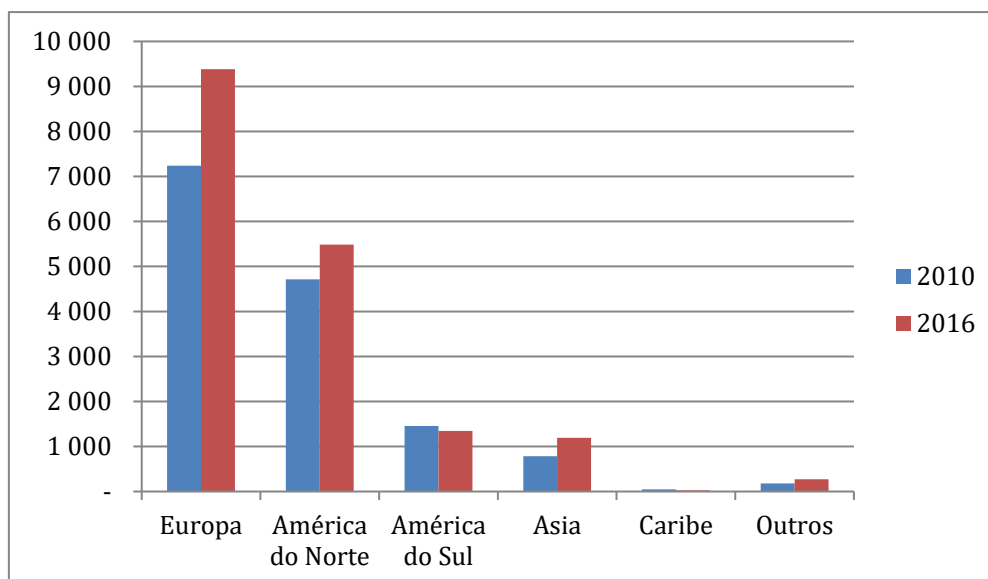
É possível observar que em relação a quantidade de empresas de IDP há um aumento de aproximadamente 23% entre 2010 e 2016, o que caracteriza um aumento de 3.287 empresas ao longo de 6 anos.

Entre as regiões destacadas, verifica-se que a Europa é a região que possui a maior quantidade de empresas em ambos os anos, com participação de 50% no ano de 2010 e 53% no de 2016 em relação ao total de empresas nesses dois períodos, o que representa uma quantidade bastante significativa.

Nota-se que a região da América do Norte fica em segundo lugar, com participação de aproximadamente 30% nos dois períodos e a América do Sul, apresentando uma participação em média de 9% do total da quantidade de empresas de IDP. As regiões da Ásia, Caribe e outros, apresentam uma porcentagem inferior a 5%, percentuais bem menores em relação as três primeiras regiões.

Para melhor ilustrar a evolução e a participação de cada região na quantidade de empresas do IDP no Brasil, o gráfico 4 abaixo demonstra a quantidade de empresa por região no referido período:

Gráfico 4 - Quantidade de Empresas de IDP – por região investidora



Fonte: BACEN, 2018.

É possível observar, de acordo com gráfico 4, que há um crescimento significativo no número de empresas principalmente na região da Europa, onde há um aumento de 2.141 empresas, em seguida na região da América do Norte, representando um aumento de 775 empresas no intervalo de 6 anos e também na Ásia que teve um aumento de 409 empresas, ao contrário da América do Sul que apresentou uma diminuição de 111 empresas.

É importante ressaltar que as regiões da Europa e da América do Norte são de economias desenvolvidas, ou seja, possuem abundância de capital, o que contribui para sua permanência e prosperidade em relação as outras regiões que obtiveram pouca variação ou retração na quantidade de empresas, como por exemplo a América do Sul que é considerada uma região subdesenvolvida.

4.3 EMPREGOS DIRETOS NAS EMPRESAS DE IDP EM 2016

Em relação a quantidade de empregos diretos nas empresas de IDP, a tabela 4 a seguir, apresenta o número de empregados formais, por unidade de federação do Brasil no ano de 2016.

Tabela 4 - Empregos diretos nas empresas de IDP 2016 – por estado

Unidade da federação	Número de empregados	%
Total	3 479 148	100%
Acre	1 423	0,0%
Alagoas	19 174	0,6%
Amapá	3 171	0,1%
Amazonas	61 804	1,8%
Bahia	139 169	4,0%
Ceará	59 110	1,7%
Distrito Federal	43 431	1,2%
Espírito Santo	43 551	1,3%
Goiás	73 283	2,1%
Maranhão	15 647	0,4%
Mato Grosso	26 035	0,7%
Mato Grosso do Sul	22 128	0,6%
Minas Gerais	306 467	8,8%
Pará	40 435	1,2%
Paraíba	18 518	0,5%
Paraná	177 778	5,1%
Pernambuco	95 842	2,8%
Piauí	9 397	0,3%
Rio de Janeiro	392 914	11,3%
Rio Grande do Norte	24 989	0,7%
Rio Grande do Sul	169 230	4,9%
Rondônia	3 345	0,1%
Roraima	1 159	0,0%
Santa Catarina	102 302	2,9%
São Paulo	1 602 515	46,1%
Sergipe	22 892	0,7%
Tocantins	3 439	0,1%

Fonte: BACEN, 2018.

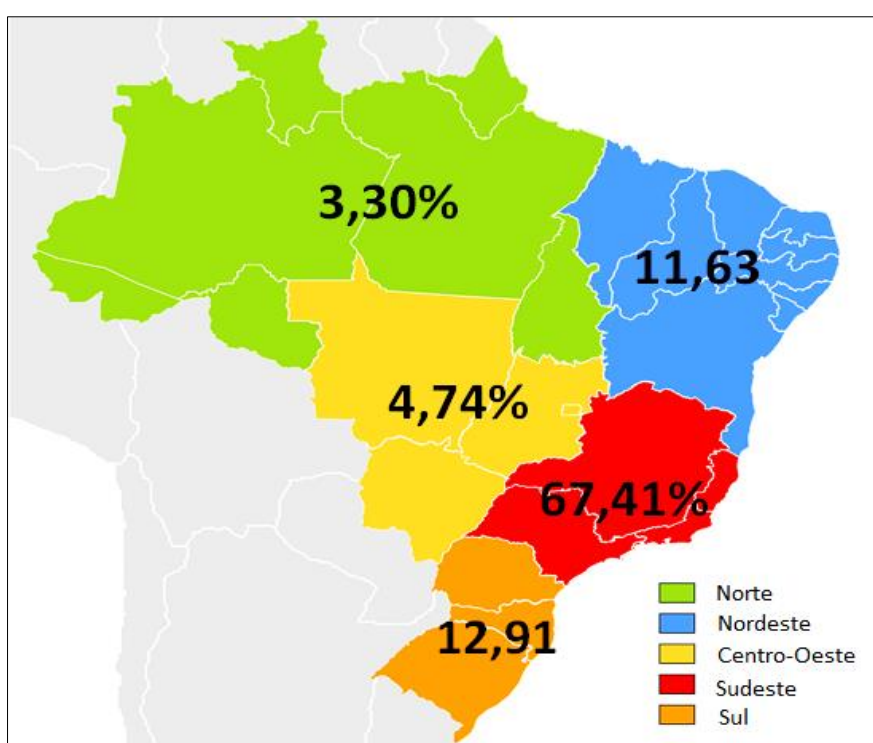
Os dados apresentados revelam que no ano de 2016 foram atingidos 3.479.148 empregos formais em todo território nacional, porém como é nitidamente expresso na tabela, esses números de empregados por região não se dá de forma igualitária, sendo que a maior parte desses empregos estão concentrados no estado de São Paulo, o que representa quase a metade do total do número de empregos originados de IDP em todo país.

Tal disparidade apresentada é explicada ao compararmos os dados uma vez que os outros estados são mais carentes de investimento estrangeiro, como por exemplo, em Roraima, Acre e Amapá, que juntos representam apenas 3,60% em relação ao número de empregados do Estado de São Paulo.

Depois de São Paulo, os estados que apresentam maior número de empregados é o Rio de Janeiro, com 392.914 empregos formais obtendo uma participação de 11,3% seguido de Minas Gerais com 306.467, representando 8,8% do total do número de empregados de todo país.

Para melhor compreender essa desigualdade de empregos diretos nas empresas de IDP, a figura 1 demonstra as diferentes proporções de empregos formais disseminados em todo território brasileiro no ano de 2016.

Figura 1 - Empregos diretos nas empresas de IDP 2016 - por região



Fonte: BACEN, 2018.

Ao observar figura 1, nota-se que a quantidade de empregos diretos se concentra na região Sudeste do país, composto pelos estados São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, que juntos representam 2.345.447 empregados formais diretos nas empresas de IDP, correspondendo a uma proporção de 67,41% em relação ao total de empregos formais de IDP em todos países.

A segunda região do país com maior número de empregados diretos de IDP é a região Sul do país, que é formado pelos estados do Paraná, Rio Grande

do Sul e Santa Catarina, que juntos apresentam 449.310 empregos diretos, obtendo uma proporção de 12,91% do total do estado, seguidos da região Nordeste que obteve 11,63% do total.

As regiões que menos possuem empregos diretos de IDP no país são as regiões Centro-Oeste e Norte do país, representando uma proporção bem inferior de 4,74% e 3,30% em relação ao número total.

Portanto, é importante ressaltar que a concentração de empregos de IDP ocorre na região Sudeste, que por sua vez é a região mais populosa e economicamente mais desenvolvida de todo o país, apresentando ainda maior concentração industrial, financeira e comercial, o que lhe garante uma grande quantidade de empregos e melhores condições de vida.

4.4 COMPARAÇÃO DE EMPREGADOS FORMAIS NAS EMPRESAS DE IDP COM O TOTAL DE EMPREGADOS DO PAÍS

A tabela 5, apresenta os dados referentes ao total de empregados formais em todo o país no ano de 2010 e 2016 sob a composição de quantidade de empregos de empregados de empresas de investimento direto no país e das demais empresas que não são receptoras de IDP, bem como sua participação no total de empregos formais no Brasil.

Tabela 5 - Número de empregados formais nas empresas de IDP com o total do país

Discriminação	2010	%	2016	%
Total	37 184 416	100%	40 219 905	100%
Empregados - demais empresas	34 920 916	94%	36 740 757	91%
Empregados - empresas de IDP	2 263 500	6%	3 479 148	9%

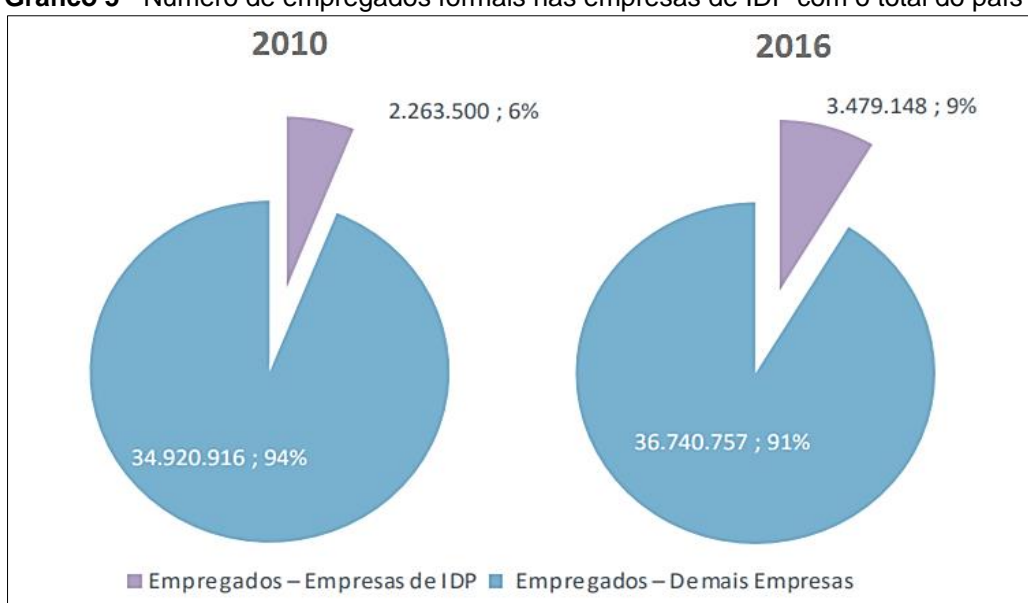
Fonte: BACEN, 2018.

Utilizando as informações da tabela 5, houve aumento no número de empregados tanto de empresas de IDP quanto das demais empresas, onde no ano de 2010 o total de empregados formais no Brasil foi de 37.184.416, sendo que

2.263.500 são referente a empregados de empresas de investimento direto representando portanto 6% do total, enquanto que no ano de 2016 o total de empregos formais no país passou para 40.219.905, onde a participação de empregados de IDP corresponde a 9% do total.

Para uma melhor demonstração dado a proporção de empregados de IDP comparado ao número de empregados de outras empresas, bem como sua evolução nos dois anos analisados, o gráfico 5 nos mostra:

Gráfico 5 - Número de empregados formais nas empresas de IDP com o total do país



Fonte: BACEN, 2018.

De acordo com os dados do gráfico 5, é possível observar de forma nítida que entre o número de empregados em empresas de IDP em relação e o número de empregados nas demais empresas, que no ano de 2010 para 2016 os empregos em empresas de IDP teve um progresso de 6% para 9%, enquanto que os empregos nas demais empresas teve sua participação reduzida passando de 94% para 91%.

É importante ainda observar que ocorreu um crescimento significativo, tanto no número de empregados nas empresas de IDP (aumento de 1.819.841) quanto no número de empregados nas outras empresas (aumento de 1.215.648) de um período para o outro, o que caracteriza uma evolução em ambos os setores.

Diante de todas as análises das tabelas e gráficos apresentados neste capítulo, compreende-se que a participação no capital do investimento direto no país possui uma participação efetiva em todos os setores de atividade econômica das empresas residentes no Brasil, além de ter contribuído significativamente na quantidade de empresas receptoras de IDP, que conseqüentemente favoreceu para o aumento de empregos formais em todo território nacional ao longo do período analisado.

Foi possível analisar ainda que houve um considerável crescimento tanto na quantidade de empresas receptoras de IDP quanto na geração de novos empregos formais, onde no final do período analisado verificou-se um aumento de 3.287 quantidade de empresas por região investidora e também um crescimento na geração de 1.215.648 empregos formais.

5 CONCLUSÃO

O investimento estrangeiro vem ganhando cada vez mais solidez e periodicidade nas relações comerciais entre os países, juntamente com o alicerçamento da globalização que é um processo essencial para o processo de desenvolvimento do comércio internacional.

De acordo com o exposto no decorrer do estudo, o investimento estrangeiro direto é bastante caracterizado pela ocorrência de movimentos de capitais principalmente em forma de investimento, ao qual é fortemente representado pelas firmas multinacionais, que vêm obtendo um crescente domínio do comércio doméstico e do comércio internacional e muito tem contribuído para a transferência de tecnologia para aos países receptores do investimento estrangeiro direto.

Sendo dois componentes constituindo o total do investimento direto no país, o essencial é o componente Participação no Capital, que por sua vez corresponde ao investimento de não residentes alocados no capital de empresas residentes no Brasil, contribuindo em maior parte então para o total do IDP, que por sua vez eleva sua participação no PIB do país.

De acordo com os números do investimento direto no país, foi possível compreender, uma participação significativa de 25% em relação ao total do capital sobre o PIB brasileiro, o que caracteriza uma média de US\$ 690176,11 bilhões em todo o período analisado. Também foi demonstrado através desses dados que as principais regiões investidoras de IDP no Brasil é primeiramente a Europa, que obteve acima de 65% de participação no total do capital em todo período analisado, seguido da América do Norte com participação em média de 25% do total ao longo do período, o que nos leva a conclusão de que o investimento direto no Brasil é fortemente dominado por economias desenvolvidas.

Em conformidade com a participação no capital em relação à distribuição por setor de atividade econômica, o setor que mais obteve destaque foi o setor de serviços com participação média de 49%, seguido do setor da indústria representando em média de 39% e também o setor da agricultura com uma participação 12% sob o total de IDP ao longo do período.

E para concluir o estudo, foram apresentados dados para comprovar a quantidade de empresas de IDP por região investidora, que por sua vez também são em maior parte originadas pelas regiões Europa e América do Norte, bem como é dado sua distribuição por unidade de federação, onde foi possível constatar que a maior concentração das empresas de IDP se encontra no estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que caracteriza também no geral a concentração de postos de empregos formais na região sudeste do país, equivalendo a 67,41% do total de empregos diretos nas empresas de IDP em todo o território nacional.

Enfim, diante de todos os dados apresentados pode-se concluir que o investimento direto no país está progredindo em relação ao seu significativo crescimento sobre a participação no capital ao longo do período analisado, contribuindo portanto para o crescimento econômico do país, uma vez que é dado o aumento da capacidade produtiva doméstica do país na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas empresas de IDP, visando também um aumento na geração de novos postos de empregos formais.

REFERÊNCIAS

ABRACOMEX, Associação Brasileira de Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior. **Economia Internacional**. Vitória/ES, 2018. s/p. Disponível em: <<https://www.abracomex.org>>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

ANDREFF, Wladimir. **Multinacionais Globais**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Manual do Declarante RDE-IED**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/RDE/Manual_RDE-IED.pdf>. Acesso em: 4 de novembro de 2017.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Mundo Globalizado: política, sociedade e economia**. São Paulo: Contexto, 2001.

BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório do Investimento Direto no país**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/RelatorioIDP2016.pdf>>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 1ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/nm1bpm6p.pdf>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

CAMPOS, Luís.; CANAVEZES, Sara. **Introdução a Globalização**. Instituto Bento Hesus Caraça. Manual do Departamento de Formação da CGPT-IN. Lisboa, 2007. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdução%20à%20Globalização.pdf>>. Acesso em: 26/10/2018.

CARVALHO, Getúlio. **Multinacionais os limites da soberania**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1977.

CAVES, Richard.; FRANKEL, Jeffrey.; JONES, Ronald. **Economia Internacional: Comercio e transações globais**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FORTUNE, Global 500. **Full List 2018**. Portal Eletrônico, 2018. Disponível em: <<http://fortune.com/global500/list/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

KRUGMAN, Paul.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

POYER, Maria da Graça.; RORATTO, Renato Paulo. **Introdução ao Comércio Exterior**. 21. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2017.

SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional**. 6ª Ed. Trad. Edith Zonenschain. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SILVA, Aristides. **Economia Internacional: uma introdução**. 1º Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SOARES. Claudio César Soares. **Introdução ao comércio exterior: Fundamentos teóricos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SOUZA, Cláudio Luiz Gonçalves. **A teoria geral do comércio exterior: aspectos jurídicos e operacionais**. Belo Horizonte: Editora Líder, 2003.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Economia Básica**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização: a Grande Desilusão**. 1 Ed. Lisboa: Terramar, 2004.

WERNEK, Paulo Lacerda. **Comércio Exterior e Despacho Aduaneiro**. 4ª Ed. Curitiba: Jorúá, 2011.